

Prioridade para o ensino básico

MARCO MACIEL

Num momento de grandes mudanças como este que vivemos, a educação adquire uma importância especial. Não que a consideremos, em si mesma, apenas como um instrumento de mudança. A educação é um poderoso fator de conservação social e não são poucos aqueles que têm enfatizado a sua importância como reprodutora da ordem social.

Há, porém, que reconhecer seu rosto de Jano. Ao mesmo tempo em que reflete a sociedade de que é parte e reproduz sua estrutura, o sistema educacional (e a educação em geral) traz consigo as contradições que possibilitam a mudança, que é — no fundo — uma constante recriação. O sistema educacional se insere no bojo das questões sociais, políticas e econômicas mais amplas e responde a elas.

A problemática brasileira atual exige que a interferência no setor educacional se faça no sentido de atender às exigências do momento brasileiro, revertendo tendências, corrigindo distorções e transformando o investimento no setor educacional em prioridade incontestável. É preciso, porém, que fique bem claro que a referência à educação como investimento de modo algum significa a aceitação de um enfoque que vê a escola como mera abastecedora de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Bem sabem aqueles que ontem pretendiam planejar a educação em função da quantidade de força de trabalho qualificada, necessária ao atendimento de metas econômicas, que um enfoque economista não é suficiente para a compreensão e o tratamento adequado de tais questões.

Impõe-se uma abordagem fundamentalmente política dos problemas educacionais. Não pretendemos, com isso, negar a existência de forte correlação entre o nível de escolaridade dos povos e seus níveis de desenvolvimento econômico. No entanto, existe certamente mais consenso em que a educação acompanha e é possibilitada pelo desenvolvimento econômico, do que ao contrário. Por outro lado, porém, sabemos que a disponibilidade de pessoas educadas atua como fator que facilita o desenvolvimento da atividade econômica, especialmente do setor secundário moderno, do setor terciário e de um setor quaternário que dia-a-dia se afirma. Mas certamente não é possível, especialmente numa economia capitalista, pretender que o desenvolvimento do sistema educacional atenda de forma direta às necessidades da atividade econômica. Este atendimento se dá de forma mediatizada e é tão mais eficiente quanto mais ampla for a formação geral oferecida à população, embora esse geral já inclua os valores e formas de vida de um mundo dominado pela tecnologia. Por isso mesmo, devemos pensar que o desenvolvimento da educação a partir de critérios políticos que levem em conta a importância da elevação geral do nível cultural da nossa população, que tenham como horizonte a democratização do acesso ao saber e à cultura, partindo do princípio básico do direito de todos à educação. Em suma: a subordinação do econômico ao social. Formamos para a atividade econômica e para o desenvolvimento do País na medida em que efetivamente colocamos em prática o preceito constitucional da gratuidade do ensino para todos aqueles que se encontram na faixa da obrigatoriedade escolar. A educação propiciada pelas escolas não deverá estar voltada diretamente para o mercado, mas para a formação cultural de nossa população, para a geração do suporte de uma progressiva solidificação de estruturas de-

mocráticas em nosso país, contando com a participação consciente de setores sempre mais amplos da população na vida política brasileira.

Uma nova postura diante dos problemas do ensino básico, tão demandada pelos educadores brasileiros, tem marcado a nova orientação do Ministério da Educação. Com efeito, a postura do MEC, nesse particular, é a de erigir a educação básica da população em prioridade nacional — considerando que é primeiramente neste nível que se efetiva a democratização das oportunidades educacionais e a formação da população para a participação plena do cidadão na vida cultural e política do País. O programa "Educação para Todos - Caminho para a Mudança" nos oferece uma primeira orientação para a ação. Nele está delineado o nosso compromisso com a ampliação da oferta de oportunidades de educação, de modo a atingir todos aqueles que se encontram na faixa de 7 a 14 anos. Para tanto, o ministério desenvolverá sua programação no sentido de apoiar técnica e financeiramente os sistemas estaduais e as redes municipais de ensino.

A recuperação e ampliação dos prédios escolares já existentes mostra-se claramente necessária, tanto quanto novas construções que permitam expandir a rede de modo a poder abrigar todos aqueles que procuram a escola. Ao mesmo tempo, é preciso que as escolas sejam adequadamente equipadas, para que os prédios adquiram as condições necessárias ao seu pleno funcionamento. O planejamento das ações que visam a ampliação da rede física deverá, porém, obedecer não apenas a uma política de austeridade, mas também a parâmetros técnicos que permitam a criteriosa localização de novos prédios em regiões e áreas onde comprovadamente se localiza o déficit escolar. Sabemos que considerável parcela da rede física existente, especialmente no meio rural, já não mais pode ser utilizada, seja por consequência de uma política de construções que se pautou por critérios estranhos aos reais interesses educacionais da população, seja por força da enorme magnitude das correntes migratórias que cruzam permanentemente o País e que, em ponderável parcela, se vinculam ao processo de progressivo esvaziamento do campo, especialmente nas últimas décadas.

Assim, o programa de expansão e melhoria da rede física deverá levar em conta os deslocamentos populacionais e, com visão prospectiva, concentrar seus esforços nas áreas onde os prédios escolares possam ter longa vida útil.

No entanto, de pouca valia são os prédios escolares se neles não temos condições de instalar uma verdadeira escola — ou seja, o espaço no qual se efetiva a relação viva entre professor e aluno. É preciso não apenas desencadear um trabalho de recrutamento escolar junto à população, mas também assegurar condições para que a qualidade do ensino oferecido torne possível uma real educação. A partir desta perspectiva, que supõe o combate aos fenômenos da evasão e da repetência não apenas no âmbito da escola mas através de políticas sociais adequadas, considerando que são produto de causas sociais mais amplas, é crucial o trabalho com o professor e sua valorização profissional. A intensificação da qualificação e do treinamento do professorado leigo, o assessoramento pedagógico ao professorado em geral e, finalmente, a melhoria salarial, sobretudo dos professores municipais (que muitas vezes ganham abaixo do salário mínimo), são medidas preliminares para que a escola possa adquirir uma nova qualidade. Estas são medidas que

devem se prender à idéia de uma escola não segmentada, capaz de fazer com que uma nova qualidade do ensino possa chegar a todos sem — no entanto — uniformizar a educação ministrada, tal como o sonharam os nossos pioneiros educadores.

Sem dúvida não são poucos os desafios que tal programa apresenta. A rotatividade dos professores, mormente da rede do município, em muito tem prejudicado a qualidade do ensino, tanto quanto a influência do poder local sobre as escolas. Assegurar a estabilidade do professorado que recebeu formação e treinamento é tão importante quanto encontrar mecanismos que assegurem a absoluta probidade na execução do programa de complementação salarial dos professores.

A assistência ao estudante constitui também um dos pontos fortes do programa do ministério. Ela não traduz uma atitude paternalista, mas um esforço para alcançar a gratuidade ativa em lugar de simplesmente proporcionar um ensino sem os elementos complementares que lhe assegurem a eficácia. Isto seria a mera gratuidade passiva. Daí a merenda escolar, o livro didático e todas as demais iniciativas que visam a esse objetivo.

No que concerne à merenda escolar, poderoso instrumento de retenção do aluno na escola e de elevação de suas possibilidades de êxito escolar pelo suprimento de suas necessidades básicas de alimentação, ela não pode ser vista como fonte de assistencialismo. Ao contrário, deve ser ampliada e melhorada em sua qualidade — até porque é preciso reconhecer que, para grande parte das famílias brasileiras, a permanência de seus filhos na escola implica custos indiretos com os quais ela não pode arcar. Privar-se do trabalho infantil significa, para famílias que compõem os estratos mais desfavorecidos da população, não apenas considerável redução do orçamento familiar mas também o custo adicional da manutenção da criança para que ela possa frequentar a escola. Ao oferecer a merenda, bem como o material escolar, o ministério assume — ainda que em parte, mas muito legitimamente — o custo de manutenção da população nas escolas.

A melhoria da qualidade do nosso ensino depende também do material didático utilizado. Ampliar a assistência ao estudante, de modo a poder oferecer a cada um os livros escolares necessários, constitui preocupação da atual gestão. Tal ampliação, porém, supõe a análise do conteúdo dos livros didáticos disponíveis e sua revisão de acordo com critérios democráticos e pluralistas, à luz de estudos que devem conduzir a uma ampla revisão curricular, inserido num processo de revisão do conjunto da formação oferecida pelas nossas escolas.

Realmente, de pouco nos serviria tão intensa atividade se não estivessemos dispostos a promover a revisão global do ensino básico. Faz-se mister dar a merecida importância aos conteúdos mínimos que devem constituir o núcleo de ensino comum a todos os estudantes do País — Língua Portuguesa, Ciências, Matemática, Geografia, História, Educação Física, Educação Artística etc. — de modo a evitar que as desigualdades regionais incidam sobre a escola e estabeleçam desigualdades educacionais muito marcadas. A ação supletiva do governo federal deverá efetivar-se nesta matéria, de forma suficientemente flexível para assegurar esse núcleo comum, ao mesmo tempo em que estimula a incorporação das especificidades regionais e locais não apenas ao currículo das

escolas, mas aos programas, aos livros didáticos e mesmo aos treinamentos e cursos destinados à formação de professores.

No entanto, a orientação do Ministério da Educação se exerce no sentido da descentralização administrativa, de modo que cada um dos níveis da administração pública assumam a sua quota de responsabilidade no que concerne ao sistema de ensino. Embora tendo presente que a descentralização educacional não pode ser levada a cabo de forma rígida, devendo sua amplitude ser estabelecida de acordo com a natureza dos problemas a serem atacados e das possibilidades das regiões e localidades em questão, a atual gestão pretende montar — através da reorientação do Mobral — mecanismos de maior assistência aos Estados e municípios na área educacional. Esta medida visa com que, progressivamente, tais administrações adquiram melhores condições para gerir de forma adequada os seus sistemas de ensino e possam, ao mesmo tempo — dando validade à norma legal até hoje só excepcionalmente observada —, acionar mecanismos de participação da população local na determinação e na implementação das medidas que se fazem necessárias, inclusive para o desenvolvimento do sistema municipal de educação. Isto produziria consequências não apenas do ponto de vista da administração dos recursos e das escolas, mas também do ponto de vista técnico-pedagógico, supondo um tipo de apoio que se orienta no sentido da formação de quadros e da geração de condições para que se possa reter no município o pessoal assim qualificado. Por outro lado, a efetivação dos mecanismos de participação permitiria construir uma autêntica escola da comunidade, num processo que remete ao plano político na mais alta acepção da palavra. Tais problemas estão sendo enfrentados com seriedade, energia e entusiasmo no esforço para assegurar à população seu direito à escola e propiciar aos que a procuram um ensino de boa qualidade.

Para tanto, iremos buscar a colaboração de todos numa grande mobilização nacional em prol da educação brasileira. O Brasil, às portas do século 21, contando com o maior e mais sofisticado parque industrial do continente, encontra-se em situação pouco condigna no que concerne à educação dos contingentes menos favorecidos da sua população, se comparada à de outros países latino-americanos. Precisamos modificar radicalmente esta situação, levando à prática o ideal liberal da igualdade de oportunidades educacionais como condição para a construção de uma sociedade mais justa. Deste modo estaremos sendo fiéis ao moderno liberalismo, que busca aliar à conquista dos direitos políticos os direitos sociais. E temos a certeza de que, nesta luta, poderemos contar com todos aqueles que compartilham conosco ideais democráticos e anseios por maior justiça social.

Os muitos caminhos abertos à efetivação do ideal de escolarização universal estão em discussão. Estão igualmente em debate os muitos problemas e obstáculos com os quais nos defrontaremos nesta trilha. Na sua superação esperamos contar com a colaboração de todos: dos políticos — de modo especial dos governantes e parlamentares —, dos especialistas em educação, dos professores, dos técnicos que mantêm vínculo com o setor educacional, dos intelectuais e dos usuários das escolas, ou seja, os alunos e suas famílias.

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MACIEL, 44, é o atual ministro da Educação, e senador da República (PFL-PE); foi deputado estadual e federal, presidente da Câmara Federal e governador de Pernambuco.